

Cenários de Guerra Alargada

Fernando Jorge Cardoso

O posicionamento adoptado por Luanda no reacender do conflito congolês é arriscado e permite leituras controversas. Num cenário de profunda instabilidade regional, onde pontua a situação interna no Congo-Kinshasa, o actual enfraquecimento estratégico da UNITA não é sinónimo nem de vitória final do regime, nem de paz para Angola.

Aparentemente, a ofensiva militar das forças governamentais angolanas desencadeada a partir de meados de Setembro contra as forças de Jonas Savimbi foi bem sucedida. As informações disponíveis apontam para a recuperação de território (centros urbanos e vias de comunicação) e para uma ampla destruição ou captura de armamento convencional dos rebeldes. No momento em que escrevemos este artigo, meados de Novembro, prosseguiam operações militares em diversas áreas: zonas de acesso à fronteira do Moxico com a Zâmbia; eixo Luau-Chiluage na fronteira da Lunda Sul com a República Democrática do Congo; a nordeste do eixo Cuemba-Munhango no Bié; entre Cambundi-Catempo e Xá-Muteba, nas fronteiras de Malange e da Lunda Norte; e nas zonas de Qimbele, Maquela do Zombo e fronteira nodeste do Uíge.

Apesar das vitórias militares do Governo, a maioria dos analistas mostra-se céptica quanto às perspectivas de uma paz duradoura em Angola, apontando para um provável retorno da guerra de guerrilha e fazendo depender a solução do conflito da reabertura de negociações entre as duas partes - o que é recusado liminarmente por Luanda.

No seu âmago, a guerra em Angola é uma guerra interna pelo poder. Não só pelo controlo do Estado, que inclui o exercício da soberania sobre o território e o fim da existência de partidos armados, mas também pelo controlo do processo de abertura política e do acesso aos recursos. Sendo um conflito principalmente interno, ele não deixa, porém, de estar dependente dos factores externos e, designadamente, dos que decorrem dos contextos e jogos de alianças regionais.

Numa perspectiva mais abrangente, que junte factores internos e externos, um cenário caracterizado por instabilidade crónica, conflitos militares violentos e desagregação do Estado em países vizinhos, poderá ser mais ameaçador para o regime do que cenários de sustentação, a prazo, de uma guerra de guerrilha confinada a partes do território nacional. Na verdade, independentemente do nome que se lhe venha a dar, a reabertura de contactos entre o Governo e o grupo de Savimbi é um factor que pode, de certa forma, ser decidido e levado a cabo internamente; o mesmo não se passa, porém, com a situação interna no Congo-Kinshasa, cujo controlo escapa em larga medida à acção dos angolanos, pese embora a intervenção que Governo e UNITA têm protagonizado em território congolês.

Quando, em meados de 1998, se desfez de forma violenta a coligação de forças que havia levado, um ano antes, ao derrube do regime de Mobutu, Angola,

juntamente com o Zimbabwe e a Namíbia, tomou posição ao lado de Laurent Kabila, contra a componente tutsi da Frente de Libertação Democrática do Congo, apoiada, por sua vez, pelo Uganda e pelo Ruanda. Esta cisão na FLDC, que levou ao fim da aliança Luanda-Kampala-Kigali, criou condições para uma aproximação da UNITA de Savimbi a forças e países que, até então, lhe haviam sido adversas. Esta aproximação acabou por voltar a dar aos rebeldes angolanos as bases de apoio logístico e territorial de rectaguarda que haviam perdido no decorrer de 1997.

O posicionamento adoptado por Luanda no reacender do conflito congolês é arriscado e permite leituras controversas. É arriscado porque aposta na vitória, mesmo que a prazo, de um aliado, Kabila, cuja postura se tem revelado pouco previsível e porque aliena dois dos mais fortes parceiros militares regionais, colocando-os, mesmo que conjunturalmente, do lado da UNITA. É de leitura controversa porque não estão claras as razões que levaram a esse posicionamento, embora tudo leve a crer que Luanda tenha optado por apostar num parceiro com aparência de maior apoio popular nas províncias congoleesas limítrofes a norte e nordeste de Angola - o Baixo Congo, o Bandundu, o Kasai Ocidental e o Katanga.

Em Julho do presente ano foram assinados em Lusaka acordos de paz entre o Governo de Kinshasa e os líderes da rebelião congoleesa anti-Kabila, entretanto cindida em três movimentos, dois deles apoiados pelo Uganda e o terceiro pelo Ruanda. Esta assinatura, realizada com o acordo dos cinco países com forças armadas no Congo e patrocinada pelas Nações Unidas e pela Organização de Unidade Africana (OUA), implica um cessar-fogo, a deslocação de observadores internacionais para zonas acordadas, a retirada dos destacamentos de forças estrangeiras e a neutralização dos rebeldes hutu ruandeses, com o objectivo de impedir acções contra o regime de Kigali. Fazendo jus à sua crescente fama de cidade pródiga na assinatura de acordos de paz que conduzem à guerra, o entendimento conseguido em Lusaka tem vindo a ser violado pelos beligerantes. Este cenário de regresso à guerra parece ser, infelizmente, o mais provável a curto prazo.

Nestas circunstâncias, o enfraquecimento estratégico da UNITA não é sinónimo nem de vitória final do regime, nem de paz para Angola. Num cenário de profunda instabilidade regional, a melhor hipótese de paz para os angolanos passaria por um entendimento interno para o fim da guerra, mas este entendimento é, porém, pouco provável, pelo menos no curto prazo. Mais provável será o prosseguimento de movimentações diplomáticas na região, incluindo a inevitável redefinição de alianças que se começam, aliás, a desenhar, como o demonstram as iniciativas de reaproximação entre Luanda e Kampala, olhadas com bom grado pela diplomacia norte-americana.